



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC Nº. 20367/18

CONTROLE DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL – APOSENTADORIA – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – REGULARIDADE DOS CÁLCULOS PROVENTUAIS – ATO EXPEDIDO POR AUTORIDADE COMPETENTE - LEGALIDADE DO ATO APOSENTATÓRIO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 00839/ 2019

1. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:
 - 1.1. NATUREZA: **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS.**
 - 1.2. APOSENTANDO(A):
 - 1.2.1. Nome: **Maria Marcolino da Silva**
 - 1.2.2. Matrícula: **132**
 - 1.2.3. Cargo: **Auxiliar de Serviços Gerais**
 - 1.2.4. Lotação: **Secretaria Munic. de Saúde**
 - 1.2.5. Data de nascimento: **06/09/1967**
 - 1.2.6. Tempo de Contribuição: **12.687 dias**
 - 1.3. ATO APOSENTATÓRIO:
 - 1.3.1. Data: **01/11/2018**
 - 1.3.2. Órgão e data de publicação: **Diário Oficial do Município de 09.11.2018 (fl. 36)**
 - 1.3.3. Autoridade Emitente: **Presidente do IPEMA, Senhora Cristiane Ribeiro de Moraes Melo**
2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: **A DIAPG concluiu, em seu relatório inicial (fls. 50/54), pela regularidade dos cálculos proventuais e legalidade do ato aposentatório, formalizado pela Portaria de fl. 35, merecendo o seu competente registro.**
3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: **Oral, na Sessão, pela legalidade da aposentadoria e concessão do registro.**
4. VOTO: **Considerando o relatório da Auditoria e a análise dos autos, concluo que o processo está devidamente instruído, a servidora preencheu todos os requisitos para se aposentar pela regra constante no ato concessório, o qual foi expedido por autoridade competente, e os cálculos proventuais estão corretos, de modo que Voto pela legalidade do ato aposentatório e pela concessão do competente registro.**

ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato concessório, expedido por autoridade competente, em favor da servidora apta ao benefício e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB
Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 16 de maio de 2019

Assinado 20 de Maio de 2019 às 09:54



Cons. Marcos Antonio da Costa
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 20 de Maio de 2019 às 10:33



Bradson Tibério Luna Camelo
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO